

Brasil & Portugal: “Ficções Ativas” e Fricções Cruzadas

Ângela Maria Dias*

A controvérsia das versões entre Brasil e Portugal, implicada na história da criação de um e da destinação do outro, revela-se mais rica na medida da própria interdependência de visões que oferece. Tais relações viscerais concretizam literalmente a ambivalência da nação como “agente de narração”, já constatada por Homi Bhabhá, na medida em que expõem diferentes figurações e estratégias de poder e pertencimento.

O “caráter performativo da linguagem” na construção de crenças e na motivação de posturas, implicadas no pluralismo dos relatos, relaciona-se com o que Eduardo Lourenço, em “Portugal como Destino” (LOURENÇO, 1999), denomina de “ficções ativas”. O vínculo entre tais ficções e o destino coletivo, como devir, segundo o crítico, explicita-se pela configuração de uma mitologia capaz de suscitar “a massa de sombra luminosa que chamamos o “imaginário” (*Idem*: 14), que a transcende e por ela é apreendido.

Justamente tais figuras mitológicas, trabalhadas desde as primeiras manifestações literárias no Brasil e fixadas pelo Romantismo brasileiro o primeiro período literário investido na arquitetura da nação vão gerar imaginários distintos e controversos, no tempo. De início, processa-se o ato de batismo da terra, ainda sem nome, através do mito do Paraíso, fundante e utópico. Em seguida, aprestam-se os personagens, ou seja, os habitantes da nova terra, em torno do redemoinho que foi a miscigenação. Dispostos no espaço mítico os figurantes em interlocução, começa, imediatamente, a fabricação dos fantasmas que, desde então, vêm movimentando a arena histórica de ações e ideais.

* Professora de Literatura Brasileira, Teoria Literária e Literatura Comparada da UFF e Pesquisadora do CNPq. Doutora em Ciência da Literatura pela Faculdade de Letras da UFRJ. Ensaísta e crítica literária, desde os anos 80. Publicações recentes: *Estéticas da crueldade* (Coordenação e Organização com Paula Glenadel), Ed. Atlântica/2004; “O corpo do tempo na poesia de Carlos Drummond de Andrade”. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. nº 60/61, 2002/2003; “O vôo do olhar e a cena melancólica em Sérgio Sant’Anna”. *O eixo e a roda Revista de literatura brasileira*, Fale/UFMG, V. 9/10, 2003/2004.

Por isso mesmo, o cotejo cruzado de visões entre Portugal e Brasil pode revelar inusitadas versões, um do outro que, apesar do peso dos séculos, não dispensam, mesmo obliquamente, o exotismo do olhar. Tomando como ponto de partida alguns ensaios de Eduardo Lourenço, a respeito do tema, tentarei, brevemente, delinear de que maneira a reciprocidade das perspectivas pode produzir estranhamento.

Num texto publicado originalmente em francês, e intitulado “Portugal-Brasil: um sonho falso e um único sonhador”, o ensaísta ao constatar “o excesso de luz que o discurso brasileiro a propósito do Brasil espalha incessantemente” (LOURENÇO, 2001: 156) como “país-inocente”, terra do “maravilhoso”, “País do Carnaval” (*Idem, ibidem*) termina por afirmar: “O Brasil é o país do disfarce” (*Idem*: 157). Idéia que desenvolve mais ou menos na linha pessoana do “finge tão completamente/ que chega a fingir que é (...) / (o) que de veras sente”.

Na realidade, o mito do paraíso colou-se de tal maneira à nossa auto-representação que, num certo sentido, quando, mais adiante, o autor enuncia que “Desde que nasceu, (o Brasil) desenhou-se no olhar dos que nele desembarcam como uma região paradisíaca” (*Idem*: 156), não deixa de manifestar uma percepção altamente generalizada. O signo do paraíso, aqui, atribuído à autoria brasileira, configura uma espécie de anacrônica projeção do futuro no passado. Afinal, adotamos o emblema depois que os portugueses nos atribuíram o estigma, ainda que utópico.

Sérgio Buarque de Hollanda, a propósito, em *Visões do Paraíso*, acompanha a encubação do mito na imaginação europeia até o Renascimento, quando o que era metáfora das delícias celestes transforma-se em projeto utópico. No tange ao Brasil, “nenhum desmentido da natureza ou da história (...) conseguiu anular essa primeira visão do paraíso sobre a terra que encontramos em Pero Vaz de Caminha e Jean de Léry” (BUARQUE DE HOLLANDA, 1985: 50), como o reconhece o crítico português.

A perplexidade de Lourenço a respeito é ainda maior porque tal permanência inamovível de uma visão, afinal, portuguesa, se soma ao que considera um apagamento:

De todas as antigas terras de “colonização” europeia, o Brasil é a única que não tem “pai”. (...) Não se pense que foram os brasileiros que, de uma forma concertada (...) “puseram entre parênteses” as suas raízes portuguesas, como recusa da relação obcecante de uma *origem vinda de outro lugar*. São os próprios portugueses a fonte da diluição dos laços com Portugal. Tudo se passa como se tivessem ido para o continente brasileiro para por lá se perderem. (LOURENÇO, 2001: 158)

A queixa do esquecimento da origem, em si mesma, merece uma avaliação mais detida, e talvez se deva, inicialmente, ao mito criado, na 1ª República, do Brasil/cadinho de raças e ou da mestiçagem, primeiro visto numa chave racial e depois, a partir da antropologia de Gilberto Freyre, lido culturalmente. Entretanto a hipótese alinhada ao final da passagem sobre o extravio do passado *autodeterminado* pelos portugueses no Brasil, tem muito a ver com uma outra reflexão, desta feita brasileira, sobre a visão do Paraíso há pouco mencionada.

Apesar do tom vago de suposição, o empenho dispersivo do português do Brasil, avocado por Lourenço, afina-se perfeitamente com o que Otávio Souza denomina de “mandato utópico” do descobridor diante do novo mundo.

O alcance da utopia europeia que presidiu nosso ato de batismo é muito mais longo do que a vigência dos enunciados em que se formulou pela primeira vez. (...) Projetada na América, a utopia europeia rouba de nosso continente a possibilidade de experimentar o presente que nos gerou. O mito do Paraíso Terrestre torna-se assim o vetor utópico que orienta uma ação desenfreada voltada apenas para o futuro, ao mesmo tempo em que se presta a exorcizar os fantasmas de um passado desenraizado da história. (...) Em geral, quando um projeto utópico passa a orientar o pensamento e a ação de uma determinada sociedade, a ruptura com o passado e a “perda de peso” do presente que tal ruptura implica produz seus efeitos principais no próprio solo material e cultural em que o projeto se origina. (SOUZA, 1994: 100)

Levando-se em consideração a rasura do passado pela obsessão utópica, pode-se, de alguma maneira dar razão ao ensaísta português quando aventa que “Os brasileiros que no início do século XIX tiveram de inventar para si uma “ideologia” que lhes justificasse a independência (...) Continuam à procura de um pai que não encontram nunca, pois são eles os pais de si mesmos” (LOURENÇO, 2001: 158).

E se nos “autocolonizamos” (*Idem*: 159), como entre irônico e desafiador, afirma o autor, é em decorrência da descontinuidade aqui instaurada pelo batismo do olhar europeu obstinado pelo futuro. O que, certamente está na base de nosso desconforto identitário, já que, privados de passado, fomos votados ao estigma da “fruição imediata”, exigindo da terra que fosse como “um paraíso feito de riqueza mundanal e beatitude celeste, (...) sem reclamar labor maior” (BUARQUE DE HOLANDA, 1985: XVIII).

Justamente tal “interpretação imediatista do mito do Paraíso Terrestre na América Ibérica” (SOUZA, 1994: 110), diferentemente do que acontece na América

do Norte, conduz a colonização do Brasil à “escolha da opção erótica” (*Idem, ibidem*). Como o demonstra a percuciente leitura de Otávio Souza, “se o maravilhoso do colonizador espanhol eram o ouro, a prata e as esmeraldas, o maravilhoso do português, por seu lado, foi obrigado, mui prazerosamente, a se traduzir em sexo” (*Idem, ibidem*). Já na carta de Caminha, nosso documento de fundação, as referências à nudez sem malícia das índias proliferam e constituem, estilisticamente, um dos enfáticos pólos de interesse da nova terra, na perspectiva do visitante.

A este respeito, *Retratos do Brasil*, de Paulo Prado, o mais culto e importante mecenas paulista dos modernistas de 1922, é muito eloquente. A partir da recolha de inúmeros depoimentos dos viajantes coloniais, o ensaísta afirma:

À sedução da terra aliava-se no aventureiro a afoiteza da adolescência. Para homens que vinham da Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido. O indígena, por seu turno, era um animal lascivo, vivendo sem nenhum constrangimento na satisfação de seus desejos carnis (...). Voltava-se à simples natureza, e à fantasia sexual dos aventureiros, moços e ardentes, em plena força, prestava-se o gentio. (PRADO, 1997: 73-74)

O ensaio de Prado tem quatro capítulos, três deles referidos a qualidades atribuídas a nosso povo: A luxúria, A cobiça, A tristeza, e o quarto voltado para O romantismo e sua permanência, em nossa cultura, como “mal”, “infecção”, “doença” (*Idem*: 164)

Entretanto, mesmo reiterando a importância da sensualidade, desde o período inaugural da colonização, responsável por “nossas primitivas populações mestiças” (*Idem*: 76), o ensaísta não diminui o peso da cobiça. Nesta linha, não só sublinha a importância do mito do “maravilhoso Dorado (...) como miragem que então incendiava a imaginação do mundo inteiro” (*Idem*: 93), como também discorre sobre sua influência no geral “anseio de enriquecimento” (*Idem*, p. 109) que comandou a primeira fase da ocupação portuguesa. Apesar da “desproporção entre os resultados práticos obtidos e o esforço descomunal despendido” (*Idem*: 115), a “fascinação da mina”, no Brasil, persistiu alimentando “histórias fantásticas de riquezas escondidas” (*Idem*: 116), durante os primeiros dois séculos.

A própria constituição do nome Brasil e do nosso gentílico, “brasileiros”, invocados pela psicanálise histórica de Otávio Souza, revelam o caráter puramente mercantilista da colonização. Assim, o pau-brasil, como primeiro produto

lucrativo extraído da terra, e o sufixo “eiro/a”, denotando atividade profissional ou rentável, encontram-se na base do nosso ancestral mal-estar, ou de uma carência crônica de auto-estima, desde sempre afluindo, como o outro lado do “excesso de luz” (LOURENÇO, 2001: 156) na embalagem promocional do país, conforme observa Eduardo Lourenço.

Assim, o nome Brasil, que é o do primeiro bem de exportação da terra, prevalecendo frente a outras denominações, cristãs ou indígenas, confirma o privilégio da exploração colonial sobre qualquer outro objetivo. Enquanto que o gentílico “brasileiro”, não sendo adjetivo pátrio, termina, em bom português, por equiparar o ser brasileiro com o ser pedreiro, porteiro, sapateiro, ou bodegueiro: um simples meio de vida (MENEZES, 1991, *apud* SOUZA, 1994: 87).

A força do nome traz indelével a fúria expropriadora do colonizador português que, constitui, na verdade, nosso ancestral. Contardo Calligaris, ao buscar as razões recônditas do renitente mal-estar do brasileiro, historicamente desavindo com seu país, descobre, no horizonte dessa herança, o que considera “a fantasia de escravidão”. A escravidão como “horizonte das relações discursivas e sociais” (CALIGARIS *apud* SOUZA, 1994: 85) continua atuante, não apenas pelo legado escravista, mas também por sua repetição. No início da imigração européia no sul do país, ou ainda no decorrer do século XX, ou mesmo agora, em pleno século XXI, o trabalho escravo teima em reviver em recônditos rincões rurais, volta e meia denunciados.

Na versão de Caligaris, desenha-se, em decorrência desta herança maldita, a figura do duplo “desterro”: o colono, sem pai e sem esperança de uma comunidade mais igualitária e o colonizador também solitário, pela espoliação da terra e do homem, e pela impossibilidade de fundar, simbolicamente, uma descendência (SOUZA, 1994: 87). Não é à toa que a figura da escravidão tenha servido de tema glosado pela música de Caetano Veloso, num de seus últimos discos, o *Noites do Norte*, a partir da palavra de Joaquim Nabuco:

A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe usa alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do norte. (NABUCO *apud* VELOSO, 2000: 2)

A interpretação do cantor-compositor realça a ironia magnífica do texto em que a natureza aparece, metonimicamente, substituindo o universo das relações sociais, numa espécie de paródia da convenção romântica, em que o meio tropical era a fonte soberana da composição, entre o descritivismo patriótico e a subjetividade melancólica.

Os suspiros de melancolia aqui parodiados pelo texto e pela apropriação musical, aliás, aludem a uma outra característica atribuída ao país, com persistência, e incorporada pelo ensaio de Paulo Prado: a tristeza. Inicialmente creditada ao “sensualismo” e à “paixão do ouro” (PRADO, 1997: 139) “sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística” (*Idem*: 140) permanece, no imaginário mutante dos séculos, vinculada a diferentes motivos. No século XIX, a tristeza é vista como estigma resultante da inferioridade racial mestiça. No século XX, pelos mais avançados, é encarada como o desânimo do homem abandonado à própria sorte “muita saúva e pouca saúde”, no emblema cunhado em *Macunaíma* e votado à desvalia do subdesenvolvimento.

Curiosamente, a interlocução entre Eduardo Lourenço e os pensadores brasileiros fez-me aportar ao que considero um paradoxo latente na performance atual da coletividade brasileira, diante de si como “comunidade imaginada” e, diante dos outros, como marca nacional reconhecida internacionalmente. De um lado, a baixa auto-estima, o complexo que já nos anos 60, Nelson Rodrigues iria assim caracterizar: No fim de certo tempo, o brasileiro tornou-se um Narciso às avessas, que cospe na própria imagem. Eis a verdade: não encontramos pretextos pessoais ou históricos para a auto-estima (RODRIGUES, 1995: 21).

De outro, o que Lourenço considera uma “imagem eufórica” (LOURENÇO, 2001: 155) do país da “rasura do trágico” (*Idem*: 200), ou o que, por sua vez, Roberto da Matta interpreta como “essa nossa capacidade de sintetizar, relacionar e conciliar, criando com isso zonas e valores ligados à alegria, ao futuro e à esperança” (DA MATTA, 2001: 121). Formulação que tem a ver com o que Otávio Souza diagnostica como sendo “o sintoma da cultura brasileira”: “a busca de identidade pela afirmação de uma diferença mais diferente que as outras diferenças” (SOUZA, 1994: 168). Ou seja, a face brilhante e mitológica da moeda, perfeita para qualquer texto de propaganda turística, corresponde ao autodeleite com o exótico de si mesmo, herdado do batismo do olhar europeu e consolidado pela busca da identidade nacional, a partir do Romantismo.

A supremacia da qualidade psicológica em detrimento de outra atribuição mais política, que privilegie uma história de lutas compartilhadas faz da “diferença” um estereótipo redutor e previsível, uma espécie de manequim apriorístico e idealizado. Talvez por isso mesmo, toda a ênfase na alegria e na capacidade relacional,

herdeiras da aura de prazer do mito do Paraíso, se opõe peremptoriamente à auto-imagem e às auto-expectativas em vigor na convivência interna.

Ainda a propósito de Nelson Rodrigues, quando o cronista comenta que “o brasileiro tem uma alma de cachorro de batalhão” (RODRIGUES, 1993: 251), apesar do exagero cômico, posso compreender que esteja referindo a unanimidade do “Narciso às avessas”, pela qual, no Brasil, “Cada um de nós carrega um potencial de santas humilhações hereditárias” (RODRIGUES, 1995: 21).

Este sentimento do ter sido colonizado, ativo, inclusive, nas camadas dominantes da população, explicitamente descendentes dos colonizadores, se explica, segundo Otávio Souza, pela “identidade no desenraizamento”, em função da ruptura inerente ao “mandato utópico” dos primeiros navegantes (SOUZA, 1994: 29).

Darcy Ribeiro, aliás, também trata do desenraizamento numa narrativa que, ao retomar o mito das três raças, troca-lhe o sinal, sublinhando, justamente pela descaracterização cultural dos componentes, a violência da colonização:

Não é sobre a conjunção dos povos anteriores, mas sobre a terra arrasada do vazio identitário que o mestiço surge. É a partir de uma “carência essencial” e para livrar-se da ninguentade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar sua própria identidade étnica: a brasileira. (ARRUTI, 1995: 239)

Nessa direção, valendo-se de uma tipologia étnico-nacional os Povos-Testemunho, os Povos-Novos, os Povos-Transplantados e os Povos-Emergentes para compreender os povos constituídos fora da Europa, o antropólogo classifica os brasileiros como Novos, pelo pluralismo de traços culturais que os caracteriza e, sobretudo, pela “ninguentade”, ou seja, pelo desenraizamento diante das tradições anteriores.

Justamente este desapego a um legado anterior consolidado, conduz Darcy a formular para o Brasil uma demanda utópica, apostando politicamente nos frutos de “um processo continuado e violento de unificação política”, isento de “toda tendência virtualmente separatista” (RIBEIRO, 1995: 23). O ufanismo alimentado pela compreensão positivada da mestiçagem embora, originalmente, a tenha visto como “carência essencial”, termina por essencializá-la (o que não deixa de estar óbvio, na própria adjetivação da carência), já que ela se torna o indício de que somos “a nova Roma: uma Roma tardia e tropical (...) mas melhor, porque lavada em sangue índio e sangue negro” (*Idem*: 447). No mesmo movimento da recuperação elegíaca da grandeza do passado por um futuro também radioso, o narrador antevê, com entusiasmo:

Nosso destino é nos unificarmos com todos os latino-americanos (...) para fundarmos, tal como ocorre na comunidade europeia, a Nação Latino-Americana sonhada por Bolívar. Hoje somos 500 milhões, amanhã seremos 1 bilhão. Vale dizer, um contingente humano com magnitude suficiente para encarnar a latinidade em face dos blocos chineses, eslavos, árabes e neobritânicos na humanidade futura (*Idem*: 448).

A “encarnação” de uma latinidade mestiça vislumbrada com ênfase, embora pressuponha uma ação política, apóia-se basicamente no fator étnico, desta vez, entronizado para melhor, na pressuposição de que sua originalidade, por si só, daria conta de um destino político.¹ Esta estetização da etnia melhor porque híbrida, ou híbrida, então melhor mesmo que invertendo a mão do preconceito histórico, é bem característica do exotismo.

Na crítica à “estrutura cultural eufórica que caracteriza o modernismo brasileiro” (LOURENÇO, 2001: 201), compreendido como “momento antitrágico paradigmático da literatura brasileira” (*Idem*: 200), Eduardo Lourenço, embora sublinhe, a “obsessão da *brasilianidade*” como “objeto supremo da libido escritural do Brasil” (*Idem*: 200, grifo do autor), menciona a reatualização do mito fundador do *novo mundo* como *paraíso* (*Idem*: 201, grifos do autor), sem dar-se conta de determinadas implicações que a envolvem.

Primeiro, a questão do desenraizamento diante da tradição europeia que é inerente à natureza utópica do mito, conforme já expusemos, e que gera o “parricídio” (*Idem*: 136) de que o autor português se queixa. Depois, o fato de que a “provocação” (*Idem*: 201) da antropofagia constitui uma complexa metáfora, que nem sempre pode ser lida na dimensão sorridente ou triunfal que o tom de blague da autoria oswaldiana, em princípio, lhe dá.

Aliás, a esse respeito, vale lembrar como, mesmo no interior do primeiro Modernismo, a antropofagia é motivo de grandes polêmicas. O próprio Mário de Andrade jamais considera, em sã consciência, o seu *Macunaíma*, do mesmo ano do manifesto (1928), uma produção antropófaga. Na medida em que, como sabemos, as intenções autorais não dão conta da polissemia de obra alguma, ou ainda não podem ser absolutizadas em nenhuma leitura, podemos considerar

¹ É interessante conferir como Otávio Souza, baseado em Hannah Arendt, demonstra a incompatibilidade entre o descritivismo estetizado, inerente à caracterização da identidade, sob a perspectiva do exótico, e a sua politização. A visão exótica baseia-se numa espécie de reificação psicológica do ser, em qualidades caracteriais específicas e estáveis, incompatíveis com o político, já que alienadas da dimensão do dizer e do fazer.

tanto Macunaíma, como os oswaldianos Miramar e Serafim, como uma tríade de anti-heróis altamente antropófagos.

Entretanto se nenhum dos três protagonismos pode ser lido na chave otimista em que costumeiramente se situa a antropofagia, salta aos olhos, no caso do herói marioandrado “sem nenhum caráter”, a tristeza da sátira desencantada. Nenhum ufanismo pode se reputado a este turista no próprio país que, desalentado e sem perspectivas, decide, depois de muitas perdas, virar constelação. Suas características de herói sensual, preguiçoso e melancólico, no final desapego à vida, fazem jus ao autor a quem o próprio livro é dedicado: Paulo Prado. E é Paulo Prado, o paulista, grã-fino, culto e refinado, amigo de Mário de Andrade, quem, de uma certa maneira, será glosado pela narrativa. A minha hipótese é que a dedicatória de *Macunaíma* se ultrapassa. Tem também o valor de alusão, de pista, de indicação do modelo de interpretação do país reescrito pela vocação paródica do relato.

Retrato do Brasil, o livro de Prado, concluído em 1927, “foi feito como um quadro impressionista”, em que “os aspectos, as emoções, a representação mental dos acontecimentos” dispensam “a sequência concatenada dos fatos” para buscar “as influências que dominaram, no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade” (PRADO, 1997: 185-186). Com seus quatro capítulos, este curto ensaio, de bem sucedida carreira, pode bem ilustrar a constância do olhar exótico em nossa auto-imagem.

Partindo da “opção erótica” já referida, através de Otávio Souza, o *Retrato* feito por Prado toma a direção oposta à espiral auto-afirmativa, logo em seguida, adotada no *Manifesto Antropófago*. Ao contrário, anuncia “a astenia da raça” que viveu triste numa terra radiosa (*Idem*: 183). Tristeza ocasionada ou pela influência do romantismo² - filtro da desolação romanesca, reiteradamente sofrida por um sujeito lírico auto-exilado³ - ou ainda pela atuação de outras melancolias mais primitivas: a “dos abusos venéreos” e a “dos que vivem na idéia fixa do enriquecimento” (*Idem*: 140).

E se, hoje em dia, o Brasil globalizado, busca fixar-se, “como paraíso da diferença, do maravilhoso e do exótico incomparável” (LOURENÇO, 2001: 208), de acordo com o crítico português, não é apenas por conta do “excesso de luz”. Ao contrário, a imaginação literária brasileira atual, tomada pela constante

² Como conclui o ensaísta: “O romantismo foi de fato um criador de tristeza pela preocupação absorvente da miséria humana, da contingência das coisas, e sobretudo pelo que Joubert chamava o insuportável desejo de procurar a felicidade num mundo imaginário” (PRADO, 1997: 182).

³ A hipótese de Costa Lima a respeito atribui a “frequência do tema do exílio entre os moços poetas” à simbiose entre duas melancolias: a “de quem já não estava na Europa com a de quem se sentia inferior ou não reconhecido em sua própria terra.” (COSTA LIMA, 1989: 135)

presença do medo e da violência, dramatiza sem cessar a crueldade, num diversificado diapasão de misturas semióticas entre a imagem e a escrita.

Entre o distanciamento diante do outro, responsável por sua classificação discriminatória, como nas narrativas policial-criminais, ou ainda pelo enfoque de uma voz marginalizada que assume o gueto enfaticamente, ou pelo menos, o mapeia com o olhar indeciso, o fato é que a obsessão urbana da literatura atual está bem longe de conduzi-la para o lado solar da convivência humana.

Entretanto, mesmo valendo-se da épica degradada das disputas entre asfalto & favela ³/₄ que, atualmente, constitui o nosso último produto de exportação ³/₄ como no caso exemplar de *Cidade de Deus*, o livro de Paulo Lins e o filme de Fernando Meirelles, a nesga do auto-exotismo insinua-se.

A economia etnográfica do gueto como concha todo-poderosa, uma espécie de “cortiço” pós-moderno, modelando seus habitantes, e o ritmo veloz de “clipping”, nas repetidas tomadas de ação e violência, tanto no livro, como no filme, deixam entrever a estereotipia da caracterização do marginal urbano, o “bicho-solto”, armado até os dentes de metralhadora, ressentimento ou cinismo.

Talvez o outro lado, o menos explícito da fonte de sentidos criada pela antropofagia tenha, ainda hoje, alguma validade. O momento em que a poesia do Manifesto apresenta a “baixa antropofagia” como sendo a “peste dos chamados povos cultos e cristianizados” de certa forma antecipa e faz despertar para o vínculo entre canibalismo e consumo, hoje tão banalizado. Não transformar, como historicamente fizemos, a nossa margem de barbárie em folclore e pitoresca diferença cultural, certamente, é um bom começo para que evitemos a “peste” e nos olhemos “com olhos livres”.

Bibliografia

- ARRUTI, José Maurício Andion. “A narrativa do fazimento, ou, por uma Antropologia Brasileira”.
In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº43, , p.235-243, novembro/1995.
- COSTA LIMA, Luiz. *O controle do imaginário*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1989.
- DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visões do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1985.
- LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil Ensaio sobre a tristeza brasileira*. Org. Carlos Augusto Calil. 8.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, Nelson. *O Óbvio Ululante Primeiras Confissões*. Seleção Ruy Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *O Reacionário Memórias e Confissões*. Seleção Ruy Castro. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

VELOSO, Caetano. *Noites do Norte*. Universal Music, dirigido por Caetano Veloso e Jaques Morelenbaum, 2000.

SOUZA, Otávio. *Fantasia de Brasil As identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Editora Escuta, 1994.

Resumo

Partindo da “perspectiva ambivalente e antagônica da nação como narração”, inerente ao pensamento de Homi Bhabha, a presente comunicação busca entrelaçar as reflexões de Eduardo Lourenço (nos ensaios *Portugal como Destino* seguido de *Mitologia da Saudade* e *A Nau de Ícaro*), Roberto da Matta e Darcy Ribeiro sobre Portugal e Brasil, não só como específicos estilos de vida e “ficções ativas”, mas sobretudo no cruzamento de interpretações e projeções, produzido pela continuada reciprocidade de olhares. No caso brasileiro, a própria concepção pluralista de nossa identidade cultural será pensada, do ponto de vista de Octavio Souza, em *Fantasia de Brasil*, como implicada na “precedência da utopia européia sobre o ato de batismo da América”. Por outro lado serão comentadas as traduções diferenciadas de figuras tradicionais, como as da “melancolia” e da “tristeza”, no processo da mutação histórica que as interpretou, na cultura brasileira.

Palavras-chave: Nação; narração; utopia; América

Abstract

This communication searches to interlace Eduardo Lourenço's reflection (in the essays *Portugal como Destino* followed by *Mitologia da Saudade* and *A Nau de Ícaro*) about Portugal and Brazil, with another conclusion that has been developed by Brazilian writers like Roberto da Matta and Darcy Ribeiro. The intersection of his interpretation and projection is produced by the continual reciprocity of gaze between the two countries. This paper will consider the Brazilian side and the pluralist conception of our cultural identity, through the perspective adopted by Octavio Souza, in his *Fantasia de Brasil*. According to him, the baptism of America is the result of the precedence of the European utopia about New World's seen as paradise. On the other hand, it will be written differential translations of traditional figures as “melancholy” and “sadness” processed in the changeable History, who interpreted them, in the Brazilian culture.

Key-words: Nation; narration; utopia; America